Aviso DRH n.º 47/2006

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara de 8 de Julho de 2005, foi deferido o pedido de licença sem vencimento por um ano, ao abrigo do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, do técnico superior arquitecto assessor Nuno Miguel Silva Martins Serrano, com início a 13 de Julho de 2005, cujo a mesma foi renovada por mais um ano, por meu despacho de 28 de Abril de 2006.

15 de Maio de 2006. — O Vereador dos Recursos Humanos (com delegação de assinatura), *Pedro Caldeira Santos*. 3000209231

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO DAIRE

Aviso

Nomeação

Maria Eulália Silva Teixeira, presidente da Câmara Municipal de Castro Daire, para os devidos efeitos, torna público que, por despacho da signatária, exarado em 19 de Junho de 2006, proferido no âmbito das competências detidas em matéria de gestão de pessoal, constantes na alínea *a*) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e de acordo com a deliberação do júri, a candidata Margarida Isabel da Cunha Vilar Guedes foi dispensada de efectuar o estágio de ingresso.

Assim, foi nomeada para o lugar de técnica superior de 2.ª classe — jurista e deverá tomar posse no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

19 de Junho de 2006. — A Presidente da Câmara, *Maria Eulália Silva Teixeira*. 3000209263

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE

Aviso

Para os devidos efeitos se torna público que, de acordo com o meu despacho de 12 de Junho de 2006, teve início o contrato de trabalho a termo resolutivo certo, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, e do Código do Trabalho, com Nélia Cristina Inácio Marques, na categoria de assistente administrativo, com início no dia 12 de Junho de 2006, pelo período de um ano.

13 de Junho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Fernando Sousa Caeiros*. 1000302817

CÂMARA MUNICIPAL DE CELORICO DA BEIRA Aviso n.º 33-A/2006

Para os devidos efeitos, torno público que, por meu despacho de 12 de Junho de 2006, renovei, por mais um ano, o contrato a termo certo resolutivo, celebrado anteriormente com Salete Ferreira Mimoso, com a categoria de auxiliar da acção educativa.

16 de Junho de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Francisco Gomes Monteiro*. 1000302827

CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES

Aviso

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho datado de 29 de Maio de 2006, e ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 139.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, foram renovados os contratos de trabalho a termo resolutivo certo, para a categoria de técnicos profissionais de 2.ª classe — área de fiscalização, pelo período de três anos, com os seguintes colaboradores: Isabel Cristina Sousa Silva Videira e Narciso Prazeres Magalhães.

O Presidente da Câmara, João Batista. 1000302821

CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE

Aviso

Concursos internos de acesso gerais

Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando, escrupulosamente, no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação. Nestes termos, torna-se público que se encontram abertos, pelo prazo de 10 dias úteis, contados da data de publicação do presente aviso no Diário da República, concursos internos de acesso gerais para provimento das seguintes vagas:

Grupo de pessoal técnico superior:

Referência A — um lugar de técnico superior assessor da carreira de engenheiro, por meu despacho de 1 de Junho, para desempenhar funções na Divisão de Infra-Estruturas Municipais, localizado em edificio da Câmara Municipal.

Referência B — um lugar de técnico superior principal da carreira de engenheiro, por meu despacho de 1 de Junho, para desempenhar funções na Divisão de Infra-Estruturas Municipais, localizado em edificio da Câmara Municipal.

Referência C — um lugar de técnico superior de 1.ª classe da carreira engenheiro, por meu despacho de 1 de Junho, para desempenhar funções na Divisão de Infra-Estruturas Municipais, localizado em edificio da Câmara Municipal.

Referência D — um lugar de técnico superior de 1.ª classe da carreira de arquitecto, por meu despacho de 1 de Junho, para desempenhar funções na Divisão de Planeamento e Desenvolvimento, localizado em edifício da Câmara Municipal.

- 1 Os concursos caducam com o preenchimento dos respectivos lugares.
- 2 Legislação aplicável os concursos regem-se pelo disposto nos Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, 248/85, de 15 de Julho, aplicado à administração local pelo 247/87, de 17 de Junho; 353-A/89, de 16 de Outubro; 427/89, de 7 de Dezembro, 404-A/98, de 18 de Dezembro, aplicado à administração local pelo 412-A/98, de 30 de Dezembro.
- 3 Formalização de candidaturas mediante requerimento, dirigido ao presidente da Câmara e enviado pelo correio, sob registo e com aviso de recepção para a Câmara Municipal de Esposende, Praça do Município, 4740-223 Esposende, ou entregue pessoalmente no Serviço de Gestão Recrutamento e Selecção de Pessoal desta Câmara Municipal, todos os dias úteis, das 8 horas e 30 minutos às 15 horas e 30 minutos, dele devendo constar os seguintes elementos:
 - a) Identificação completa;
 - b) Habilitações literárias;
- c) Lugar a que se candidata, com referência ao *Diário da República* em que for publicado o aviso;
- d) Indicação da categoria que o candidato detém, serviço a que pertence, natureza do vínculo, tempo de serviço efectivo na categoria, na carreira e na função pública e especificações das tarefas inerentes às respectivas funções;
 - e) Classificação de serviço dos últimos três anos;
- f) Quaisquer circunstâncias que os candidatos considerem passíveis de influírem na apreciação do seu mérito ou constituírem motivo de preferência legal, devidamente comprovadas.

Ao requerimento deverão anexar o currículo profissional detalhado e assinado.

- 4 Requisitos de admissão poderão candidatar-se todos os funcionários, independentemente do serviço ou organismo a que pertençam, que reúnam, até ao termo do prazo de admissão de candidaturas, os requisitos previstos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, conjugados com os previstos no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho.
- 5— Os métodos de selecção a utilizar serão os seguintes, com a pontuação máxima de 20 valores, distribuída da seguinte forma, sendo excluídos os candidatos que obtenham classificação final inferior a 9,5 valores, nos termos do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho:

Referência A — provas públicas, que consiste na apreciação e discussão do currículo profissional dos candidatos.

Referências B, C e D — Avaliação curricular.

5.1 — Os critérios de apreciação e ponderação dos currículos profissionais, bem como da avaliação curricular, assim como o sistema de classificação final, constam de actas de reuniões dos respectivos júris, constantes dos processos de concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos, sempre que solicitadas.

6 — As relações de candidatos admitidos e as listas de classificação final serão afixadas no Departamento de Administração Geral da Câmara Municipal de Esposende.

7 — Júris dos concursos:

Referência A:

Presidente — vereador Dr. Jorge Alves Cardoso. Vogais efectivos:

Director do DTM, engenheiro Vítor Manuel da Silva Leite, e técnico superior assessor principal, engenheiro Jorge Manuel Trindade Mendes Magalhães.

Vogais suplentes:

Chefe da DPD, arquitecta Ana Maria Ferreira Valente, e técnico superior assessor, engenheiro António Salvador Martins Faria.

Referências B e C:

Presidente — vereador, Dr. Jorge Alves Cardoso. Vogais efectivos:

Director do DTM, engenheiro Vítor Manuel da Silva Leite, e chefe da DASU, engenheira Alexandra Susana Abreu Faria Carvalho Roeger.

Vogais suplentes:

Chefe da DGU, arquitecto José Aurélio Alves Pinheiro Garcia Fernandes, e Chefe da DPD, arquitecta Ana Maria Ferreira Valente.

Referência D:

Presidente — Director do DTM, engenheiro Vítor Manuel da Silva Leite.

Vogais efectivos:

Chefe da DPD, arquitecta Ana Maria Ferreira Valente, e técnico superior 1.ª classe, arquitecta Maria de Fátima da Costa Sampaio.

Vogais suplentes:

Técnico superior principal, arquitecto José da Silva Ferreira, e técnico superior principal, arquitecto Lúcio Rodrigues Parente.

O presidente do júri será substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo primeiro vogal efectivo.

12 de Junho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Fernando João Couto e Cepa*. 1000302807

CÂMARA MUNICIPAL DE FAFE

Aviso

Alteração ao loteamento sito no lugar de Docim, da freguesia de Quinchães, do concelho de Fafe, que consiste na transformação da habitação unifamiliar, prevista para o lote n.º 47, em bifamiliar, mantendo as áreas de construção e de implantação previstas.

P. N. 1394/PL/1977

De acordo com o despacho exarado em 30 de Maio de 2006, pelo presidente desta Câmara Municipal, decorrerá um período de discussão pública pelo prazo de 15 dias (a contar da data de publicação do presente aviso), durante o qual poderão os interessados apresentar, por escrito, quaisquer reclamações, sugestões ou informações, relativamente às questões que possam ser consideradas no âmbito da respectiva alteração ao loteamento, conforme determina o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção do Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e de acordo com o disposto no artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro.

Sempre que necessário, poderá ser consultado o processo de loteamento, no Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, às segundas-feiras das 17 horas e 30 minutos às 19 horas e 30 minutos, e às quartas-feiras, durante o período da manhã.

8 de Junho de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Ribeiro*. 3000209249

Aviso

Alteração ao loteamento sito no lugar de Boavista, da freguesia de Silvares (São Martinho), do concelho de Fafe, que consiste na redução da área do lote n.º. 4, por força da execução de uma estrada, que a junta de freguesia local pretende executar.

P. N. 14/PL/2000

De acordo com o despacho exarado em 30 de Maio de 2006, pelo presidente desta Câmara Municipal, decorrerá um período de discussão pública pelo prazo de 15 dias (a contar da data de publicação do presente aviso), durante o qual poderão os interessados apresentar, por escrito, quaisquer reclamações, sugestões ou informações, relativamente às questões que possam ser consideradas no âmbito da respectiva alteração ao loteamento, conforme determina o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção do Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e de acordo com o disposto no artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro.

Sempre que necessário, poderá ser consultado o processo de loteamento, no Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, às segundas-feiras das 17 horas e 30 minutos às 19 horas e 30 minutos, e às quartas-feiras, durante o período da manhã.

8 de Junho de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Ribeiro*. 3000209250

CÂMARA MUNICIPAL DA GUARDA

Aviso

Renovação de contratos de trabalho a termo certo, a tempo parcial

Virgílio Edgar Garcia Bento, vereador da Câmara Municipal da Guarda, torna público que, por despacho do vereador da Câmara Municipal, no uso de delegações de competências, datado de 2 de Março do corrente ano e nos termos do n.º 1 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, foram renovados os contratos a termo certo, celebrados ao abrigo da alínea *h*) do n.º 2 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 17 de Julho, aplicado à administração local atrayés do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, com as seguintes trabalhadores:

Laura Fernandes Reis — tarefeira, pelo prazo de um ano, com início de 2 de Abril de 2006.

Maria Odete Fernandes Figueiredo Cairrão — tarefeira, pelo prazo de um ano, com início de 2 de Abril de 2006.

7 de Junho de 2006. — O Vereador, *Virgílio Edgar Garcia Bento*. 3000209258

Aviso

Renovação de contrato de trabalho a termo certo

Maria de Lurdes Saavedra Ribeiro, vereadora da Câmara Municipal da Guarda, torna-se público que, por despacho da vereadora da Câmara Municipal, no uso de delegações de competências, datado de 7 de Junho do corrente ano e nos termos do n.º 1 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, foi renovado o contrato a termo certo, celebrado ao abrigo da alínea h) do n.º 2 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 17 de Julho, aplicado à administração local através do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, com Catarina Sofia Marques Coimbra — técnica superior de 2.ª classe, de recursos naturais, pelo prazo de um ano, com início de 21 de Junho de 2006

8 de Junho de 2006. — A Vereadora, *Maria de Lurdes Saavedra Ribeiro*. 3000209256